Escola Secundária do Restelo

Projecto Educativo

«A cultura é resultado da aprendizagem no sentido lato do termo, e o móbil que a provoca é a capacidade de interrogação que anima o homem.»

Delfim Santos

2009-2013

1. MISSÃO

A missão da escola é indicada pelo espírito do lugar, o espírito dos antigos navegantes. Cabe à comunidade educativa fornecer *dalgum modo, a cartografia dum mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele*.[1], desenvolvendo nos jovens a criatividade e habilitando-os com conhecimentos que lhes permitam reconhecer o complexo reordenamento geo-estratégico e histórico-cultural, adaptar-se e integrar-se num mundo em mudança.

2. VALORES

2.1. A escola tem como orientação o aprofundamento de valores ligados a uma ética humanista fundada no respeito pela dignidade e inviolabilidade da pessoa e consignados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

2.2. A escola optou pelo desenvolvimento gradual de competências cívicas: patriotismo, civilidade, tolerância, coragem, compromisso, legalidade, transparência, pluralismo e concertação social, tendo em conta o alargamento do conceito de cidadania e a compreensão dos novos direitos e responsabilidades num mundo global.

[1] Cf. Delors, J. (Coord.) (1996). *Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Porto: Edições ASA. p:.77.

Erros Opostos	COMPETÊNCIAS CÍVICAS[2]	Erros Opostos
Cobardia	**CORAGEM -** A força de sustentar convicções quando a consciência assim o exigir. Sem coragem, o indivíduo torna-se muito mais sugestionável pelos líderes de opinião, pelos grupos de pressão e pela comunicação social.	*Temeridade*
Permissividade	**TOLERÂNCIA -** A capacidade de aceitar posições diversas das nossas, desde que fundadas no respeito pela dignidade humana, exige convicções muito firmes. A tolerância distingue-se do dogmatismo, que recusa atitudes que se lhe oponham, e da permissividade, que é indiferente à dignidade da vida humana.	*Fanatismo*
Sentimento apátrida	**PATRIOTISMO -** A lealdade aos princípios e valores nacionais. O patriotismo é uma virtude central de qualquer democracia e que exige a recusa de atitudes como o nacionalismo xenófobo que ataca as outras nações e do cosmopolitismo desnacionalizado que não se identifica com nenhuma.	*Nacionalismo xenófobo*
Passividade	**COMPROMISSO** - A capacidade de chegar a acordo com outros. Uma vez que a democracia defende predomínio do bem comum sobre os bens particulares, a cidadania deve preparar cada indivíduo para fazer cedências mútuas dentro da razoabilidade.	*Autoritarismo*
Subserviência	**LEGALIDADE** - A supremacia do Direito tem duas consequências: o respeito pela norma legislada, mesmo quando com ela não concordamos inteiramente, e o esforço para modificar a legislação que consideramos injusta ou desapropriada.	*Legalismo*
Indiferença	**CONCERTAÇÃO SOCIAL** - A participação na democracia exige tentativas renovadas para alcançar os fins públicos. A democracia é talvez o mais difícil dos regimes políticos porque exige uma concertação permanente de interesses.	*Partidarismo*
Corrupção passiva	**TRANSPARÊNCIA -** Expressão da verdade das condutas dos cidadãos e nos actos das instituições. A transparência ou honestidade é a fórmula para que a tomada de decisões em democracia não se apresente dominada por interesses ocultos que são outras tantas agressões ao bem comum.	*Corrupção activa*
Individualismo	**PLURALISMO** - O respeito pelos outros que sustentam ideias diferentes das nossas é essencial numa sociedade pluralista, que se vê ameaçada pelos defensores do partido único, como pelos defensores do abstencionismo.	*Totalitarismo*
Servilismo	**CIVILIDADE** - As normas de civilidade e cortesia envolvem um conjunto de práticas que se pautam pelo recurso à argumentação racional e pela recusa da força e da ameaça no relacionamento humano, no respeito pelo património público e pela propriedade privada.	*Irresponsabilidade*

[2] Ver *Educação para a Cidadania*, M.E. – Departamento do Ensino Secundário, Setembro de 2001

3. VISÃO

3.1. A Escola assume-se como uma comunidade com a sua própria cultura, expressa não só nos documentos orientadores da sua acção como o Projecto Educativo, Regulamento Interno, Projectos Curriculares, Planos Anuais de Escola e respectivos Planos Formais Plurianuais de Melhoria e de Actividades, como na prática quotidiana de todos os membros da comunidade educativa.

3.2. A escola centra as actividades na qualidade de ensino, apoiadas em estratégias e metodologias diferenciadas e nas boas práticas, tendo como referencial comum um padrão elevado no plano científico, pedagógico e didáctico.

No entanto, a escola considera que o saber é um meio e não um fim e que o perfil do aluno de excelência não é apenas o de alguém que é capaz de ter sucesso académico e profissional, mas o de alguém que é capaz de se interrogar acerca dos limites do seu próprio saber. Entendemos que *a cultura é resultado da aprendizagem no sentido lato do termo, e o móbil que a provoca é a capacidade de interrogação que anima o homem*. [3]

3.3. A escola avalia sistematicamente a sua acção pedagógica e serviços, visando a sua evolução e contínua melhoria que não se alcançam tanto pelo cumprimento de normativos e receitas pedagógicas externas, como pela capacidade de aprender com o seu próprio percurso. A escola articula os Planos Anuais com os Planos de Melhoria decorrentes da auto-avaliação.

[3] Cf. Santos, D. (1973), *Obras Completas. Da Filosofia do Homem. Vol. II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 490.

3.4. A escola continua a apostar no desenvolvimento integral do aluno, continuando a ter como indicadores as quatro aprendizagens fundamentais recomendadas pela UNESCO: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser.

3.5. A escola valoriza a liberdade individual e a participação democrática dos membros da comunidade educativa, apelando ainda aos contributos das autarquias e restantes instituições de proximidade.

3.6. A escola valoriza os profissionais que nela trabalham numa perspectiva de realização e valorização pessoal ao longo da vida, proporcionando condições de formação contínua.

3.7. A escola reconhece a necessidade de renovação e manutenção das suas instalações e equipamentos, prestando contas da sua acção educacional e gestão orçamental de forma transparente e eficiente.

3.8. A escola promove a correcta utilização das novas tecnologias da informação e comunicação.

4. CARACTERIZAÇÂO DA ESCOLA

4.1. História breve

A Escola Secundária do Restelo iniciou a sua actividade no ano de 1980/81, e está ligada historicamente a uma iniciativa do VI Governo Constitucional, cujo plano de emergência na área da educação previa a construção de maior número de escolas como resultado do aumento da escolaridade obrigatória. No decorrer dos 30 anos da sua prestação

de serviço público, tem procurado atingir os objectivos educacionais a que se tem vindo a propor – *a formação integral do indivíduo* – o que também pressupõe dar resposta às necessidades de rigor científico e valorização profissional, responder a anseios e projectos dos membros que constituem esta comunidade.

Disto é testemunho o conjunto de actividades não lectivas que se têm desenvolvido na Escola, sejam as que se enquadram no funcionamento regular dos Núcleos de Complemento Curricular sejam outros projectos autónomos, tendo como traço comum o facto de propiciarem a interacção, a colaboração e a integração dos vários saberes.

Estas actividades sedimentaram, ao longo do tempo, a criação de um bom clima de escola que, em diálogo com as famílias, tem permitido conhecer e acompanhar os alunos em experiências informais, procurando ultrapassar as dificuldades pela valorização dos traços louváveis que os nossos jovens possuem igualmente.

4.2. Localização – Lisboa Ocidental

A escola implanta-se numa área de grande importância histórica, assinalada pela sua riqueza monumental cujo valor simbólico foi assinalado por Fernando Pessoa, como um apelo à experiência intelectual, à criatividade *Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:* Navegar é preciso; viver não é preciso. *Quero para mim o espírito (d)esta frase, transformar a forma para a casar com o que eu sou: Viver não é necessário; o que é necessário é criar.*[4]

A proximidade com a zona histórica de Belém, do rio Tejo e da zona de Monsanto, facilita a promoção de actividades que valorizam o património histórico e ambiental em que a escola se encontra e as parcerias com as várias instituições circundantes que podem contribuir para o enriquecimento da formação dos alunos.

[4] Pessoa, F. ( ). *Mensagem*.

4.3. Instalações e Equipamentos

As actividades da escola desenvolvem-se em sete pavilhões, cinco com dois andares e os restantes com um, um balneário e 2 campos de jogos (sendo um deles, sintético) para a prática de Desporto. Existem 37 salas de aula, 3 Laboratórios de Química e Física, 2 Laboratórios de Biologia, 3 salas de Informática. Nas quais se incluem um pavilhão de Artes e de Educação Tecnológica (utilizado, também, como depósito de produções de alunos e de material didáctico), e salas específicas de Matemática, de Línguas, de Geografia, bem como um Polivalente, e a sala do Jornal Escolar. Existe ainda o Espaço Saúde (Centro de Saúde da Ajuda), um de Psicologia, um do SASE/Chefe dos Serviços de Administração Escolar, um de Educação Especial. A Biblioteca (equipada e remodelada em 2008 com novas valências, integrada na Rede de Bibliotecas), uma Reprografia, um Bar, um Refeitório (com cozinha inoperante), uma Secretaria, uma sala de Directores de Turma, a sala de Professores, uma sala de Reuniões, sala Multimédia, sala de Estudo, sala do Gabinete de Apoio o Aluno e sala do Gabinete Disciplinar.

A comunidade escolar aguarda, com expectativa, a intervenção da Parque Escolar no início do próximo ano lectivo. Todos quantos conhecem a instituição constatam a necessidade de modernização das instalações, equipamentos, e espaços que sirvam a população escolar e as estratégias que a escola tem vindo a adoptar para cumprir as suas responsabilidades.

4.4. Comunidade educativa

Dada a inserção geográfica da escola e atendendo ao contexto sociocultural da maioria dos alunos (médio/alto), a oferta continua a orientar-se predominantemente para o prosseguimento de estudos de nível superior. Todavia, os Directores de Turma, Serviços de Educação Especial e Psicologia e Orientação, encaminham os alunos que optem por planos de qualificação profissional. (Ver, oferta escolar / rede escolar, anualmente).

Classificação Interna Final (CIF) em comparação com Classificação de Exame (CE) e com a média de Exame nacional (MEN)

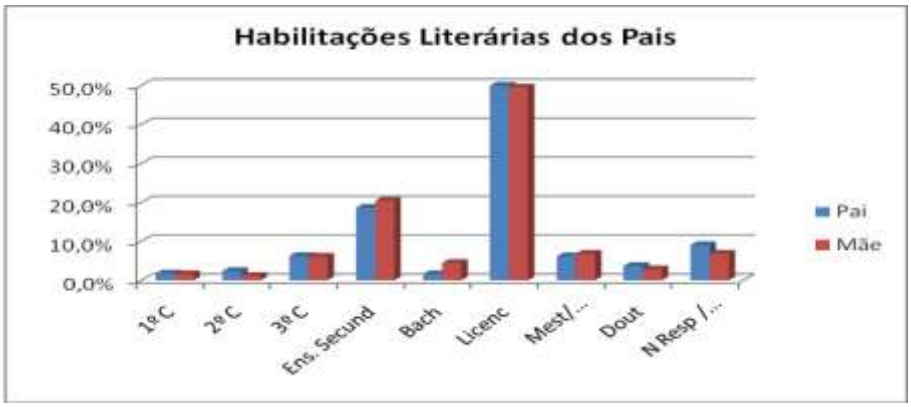
anos lectivos: 2005/2006; 2006/2007; 2007/2008; 2008/2009.

NOTAS:

Os dados internos resultam do trabalho do Grupo de Avaliação Interna da Escola, nomeada pelo Presidente do Conselho Pedagógico.

As notas de CIF incluem todos os alunos que frequentaram a disciplina até ao final do 3º período. As notas de CE só incluem os alunos admitidos a exame. No entanto, a diferença, quando existe, é de 1 ou 2 alunos.

As médias dos exames nacionais foram retiradas dos relatórios do Júri Nacional de Exames. Dado que não existe relatório final dos exames de 2009, as médias foram efectuadas a partir dos dados "em bruto" do Ministério da Educação. Em relação aos exames de 2006 o relatório nunca fornece as médias finais, mas sempre separadas as da 1ª fase e da 2ª fase, como tal optámos por colocar a que fosse mais elevada.



A Escola Secundária do Restelo, no ano lectivo 2009/10, funciona em regime diurno e é frequentada por cerca de 1200 alunos, dos quais sensivelmente 35% são do Ensino Básico (3º ciclo) e 65% são alunos do Ensino Secundário.

Nível	Modalidade	Designação

Básico (3º Ciclo)	Ensino Regular	3º Ciclo do Ensino Básico
Secundário	Cursos Científico-Humanísticos	Ciências e Tecnologias
		Ciências Sócio-Económicas
		Línguas e Humanidades
		Artes Visuais

Os alunos da Escola Secundária do Restelo têm mantido bons resultados na avaliação externa (exames e aferições). As percentagens de insucesso têm-se mantido muito baixas, apesar de uma ligeira tendência para o aumento das retenções no décimo ano de escolaridade; esta tendência no início de Ciclo vai-se atenuando ao longo da escolaridade.

(Cf., dados recolhidos anualmente)

São auxiliados pelos Serviços da Acção Social Escolar, aproximadamente 8% dos alunos.

A escola regista, em anos lectivos sucessivos, as seguintes taxas:

a) de insucesso escolar: o insucesso não é significativo, centra-se no sétimo ano de escolaridade e no décimo ano de escolaridade;

b) de abandono escolar: o resultado não é significativo numa leitura estatística.

4.5. Pessoal Docente

A Escola Secundária do Restelo apresenta actualmente um corpo docente relativamente estável, num total de cerca de 110 professores, sendo que 70% são do quadro da escola, o que tem permitido desenvolver uma cultura de grupo sedimentada por um conjunto de valores e práticas comuns

que fazem parte da vida escolar.

4.6. Serviços

Serviço de Psicologia e Orientação
Psicóloga Técnico de Educação Especial

Administrativo 2008/2009	Total
Chefe dos Serviços de Administração Escolar	8
Tesoureiro	
Assistentes Técnicos	
Assistente Técnica do **SASE**	
Assistentes Operacionais **2008/2009**	**Total**
Encarregada de Coordenação do Pessoal Técnico Operacional	20
Assistentes Operacionais	
Cozinheira	
Ajudante de cozinha	
Guarda-segurança	

Seria necessário o reforço de assistentes administrativos e operacionais, auxiliares técnicos para os laboratórios, biblioteca escolar e vigilantes - segurança.

5. ANÁLISE DOS CONTEXTOS INTERNO E EXTERNO

No quadro abaixo, resultante do processo de auto-avaliação final, verificou-se o seguinte:

Concepção Curricular e Aprendizagens	
Pontos Fortes	**Oportunidades**
► Resultados escolares – tendência para o aumento das médias ao longo do ano lectivo e do ciclo de escolaridade; ► Cumprimento das planificações, na generalidade, embora com difícil gestão do tempo em algumas disciplinas; ► Estrutura organizacional e sua coordenação (calendarização de actividades transdisciplinares, comunicabilidade, horários, visitas de estudo…); ► Actividades de complemento e de enriquecimento curricular – multidisciplinaridade; Área de Projecto do 12º ano; ► Flexibilização nas áreas curriculares disciplinares não (Estudo Acompanhado, Área de Projecto e Formação Cívica) – Ensino Básico; ► Projectos Curriculares de Turma (Ensino Básico) – favorecimento de competências transversais; ► Valorização de recursos educativos: SPO, Educação Especial e Biblioteca Escolar; ► Apoio à integração linguística e cultural – Português Língua Não Materna	● Manutenção das horas semanais de apoio às turmas; ● Oferta curricular opcional no 12º ano; ● Plano Nacional de Leitura; ● Plano de Acção para a Matemática; ● Intervenção da Parque Escolar prevista para o ano lectivo de 2010/2011. ● Aplicação de testes intermédios do GAVE. ● Rede de Bibliotecas Escolares ● Parcerias: - Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier; - Centro de Saúde da Ajuda; - Faculdade de Ciências; - Centro de Formação Calvet de Magalhães; - Embaixada da Grécia; - Embaixada da Polónia; - Fundação D. João de Castro; - Escola Metropolitana de Lisboa ● Acções de Solidariedade Social: ATL da Galiza e Comunidade Vida e Paz; ● Comissão Interfreguesias; ● Instituição Famílias e Sociedade…
Pontos Fracos	**Riscos**

► Incumprimento do dever de pontualidade; ► Insuficientes hábitos de leitura e de trabalho regular, metódico e autónomo; ► Ausência de uma visão de valorização das disciplinas da componente de Formação Geral; ► Ausência de trabalho sistemático das competências transversais no Ensino Secundário; ► Insuficiente articulação entre as várias actividades do Plano Anual; ► Insuficiência e degradação de equipamentos nos laboratórios de Física,Química e Biologia, em Artes Visuais e Tecnologias, em Matemática e em Línguas; ► Insuficiente material de didáctico de consulta e apoio nas salas de aula; ► Ausência de um técnico auxiliar laboratorial em Física e Química; ► Insuficiente material informático e audiovisual nas salas de aula e Biblioteca.	• Incumprimento dos compromissos assumidos contratualmente por alunos e Encarregados de Educação; • Componente do trabalho individual dos docentes sistematicamente preterida em função de uma multiplicidade de tarefas;

A actual análise SWOT permite determinar alguns dos factores que influenciam escola e estabelecer um plano estratégico e será realizada anualmente para indicar as melhorias a efetuar.

6. ORIENTAÇÕES GERAIS E PLANO DE MELHORIA

6.1. Concepção curricular e aprendizagens

Tomando como eixo a *metáfora da cultura*, ou seja, o património comum de normas, valores e saberes partilhados pela escola, e entendendo-se *o*

currículo como concretização da posição da escola perante a cultura[5] pelo processo aberto e dinâmico que tem por finalidade primeira a transmissão e valorização do conhecimento no terceiro ciclo do ensino básico e secundário, e também a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento integral e íntegro do aluno, a escola:

▪ Centra as suas actividades pedagógicas e didácticas no desenvolvimento progressivo da autonomia do aluno, pelo reconhecimento externo através dos resultados, e pela realização do projecto pessoal e colectivo dos que a integram;

▪ Projecta actividades de Complemento e Enriquecimento Curricular que permitem o diálogo multidisciplinar e formas de convivência alargada;

▪ Atende à integração dos que apresentam dificuldades na participação na vida escolar: Gabinete de Acompanhamento do Aluno, Gabinete disciplinar, Serviço de Psicologia e Orientação, Educação Especial e Português Língua Não Materna;

▪ Incentiva o trabalho colaborativo e criterioso dos Departamentos, da Comissão de Avaliação de Desempenho Docente, dos Coordenadores de Ciclo, das Secções do Conselho Pedagógico e de Directores de Turma que se pautam por critérios de exigência científica e pedagógica;

[5] Cf. Carvalho, A.; Diogo, F. (1994). *Projecto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento, pág: 73.

▪ Evidencia esforço profissional na organização atempada do lançamento do ano lectivo: critérios de constituição de turmas; distribuição de tarefas por equipas de acordo com competências reconhecidas pela Direcção; adaptações curriculares e alternativas; critérios gerais de avaliação; avaliação interna e externa; informação e comunicação de procedimentos aos alunos, Encarregados de Educação e novos professores;

▪ Avalia periodicamente a gestão do desenvolvimento curricular nos Departamentos, verifica o cumprimento dos programas e ajustamento de metodologias às características das turmas, embora de modo distinto, como é instituído pelo sistema educativo: no Ensino Básico é realizada uma gestão integrada e no Ensino Secundário uma gestão por disciplina. Todavia, a interdisciplinaridade em diversas acções programadas no ensino secundário integra saberes, como indicam várias das actividades do Plano Anual[6];

▪ Aplica a auto-avaliação ao longo do ano, parte integrante do trabalho dos membros do Conselho Pedagógico, e da equipa de Coordenação do PEE o qual se reflecte nos planos anuais que incluem: o plano anual de actividades, os planos formais, os critérios de avaliação, as actividades de Complemento e Enriquecimento Curricular. Os membros do Conselho Pedagógico e respectivas Secções participam activamente, ao longo do ano, na orientação, análise de resultados escolares, acompanhamento e prevenção da indisciplina, consecução do projecto curricular de escola e correcta aplicação dos critérios de avaliação gerais e específicos;

▪ Trabalha os conteúdos científicos, processos de aprendizagem, avaliação e planificação entre docentes da mesma disciplina nos vários anos de escolaridade, orientando-os de modo a que as articulações e ajustamentos

[6] Ver *Relatórios de Avaliação Final* (2009) e PAA.

pertinentes sejam consensuais e não prejudiquem o cumprimento sequencial dos programas dos anos seguintes;

O trabalho de Departamentos e dos Núcleos de Complemento Curricular inclui a planificação de actividades a serem aplicadas na Ocupação Plena de Tempos Escolares;

▪ Apresenta situações de aprendizagem distintas (exposição, exposição dialogada, trabalho de grupo e individual) e utiliza como instrumentos de aprendizagem privilegiados o manual, fichas de trabalho, pesquisas em fontes de informação diversificada, fichas de trabalho individualizadas dirigidas a casos específicos, adaptando o tipo de intervenção e de estratégias de acordo com a dimensão didáctica, relacional e de contexto. São evidentes dois perfis comportamentais estáveis e coexistentes: centrados no conteúdo e/ou no aluno;

▪ Avalia o aluno de acordo com a legislação em vigor. É simultaneamente diagnóstica, formativa e sumativa. Aos alunos é dado conhecimento dos critérios de avaliação de cada disciplina no início do ano lectivo, tendo em conta um conjunto de competências transversais e relacionais que integram os critérios gerais de avaliação da escola;

A avaliação sumativa externa é concretizada na realização de exames e testes intermédios da responsabilidade do Ministério da Educação – GAVE.

▪ Impõe o cumprimento de deveres e direitos previstos no Regulamento Interno e no Código de Conduta do Aluno em Sala de Aula, nos Regimentos, e segue as recomendações do Conselho Pedagógico e Conselho Geral;

▪ Avalia os alunos com necessidades educativas especiais. Os casos sinalizados e/ou os alunos com Planos Educativos Individuais,

são convenientemente acompanhados pelo Conselho de Turma, Serviço de Educação Especial, SPO e, eventualmente outras instituições, de acordo com a especificidade do caso e respectivo enquadramento legal;

▪ Integra alguns dos alunos, verificada a necessidade de acompanhar casos sinalizados de natureza diferente, através das estruturas técnico - pedagógicas e da comunidade local estando em funcionamento novas valências de reforço à integração, como medida preventiva ou mediadora, nomeadamente o *Gabinete de Apoio ao Aluno e o Gabinete Disciplinar,* os quais colaboram, se necessário, com os Gabinetes de Psicologia e de Educação Especial.

ACTIVIDADES DE COMPLEMENTO E ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Ocupação Plena de Tempos Escolares (OPTE)	
NÚCLEOS	**PROJECTOS**
Núcleo Intercâmbios de Europeus	**Biblioteca Escolar**
Núcleo de Artes Plásticas	**Plano de Matemática / Laboratório de Matemática**
Núcleo de Estudos Filosóficos	**Desporto Escolar** Dança / Voleibol / Xadrez / Golfe
Núcleo de Estudos Históricos	**Projecto *Comenius***
Núcleo de Educação para a Saúde e Ambiente	**Semana das Línguas**
Núcleo de Cinema	**Visitas de Estudo**
Núcleo de Meteorologia	**Plano Nacional de Leitura**
Núcleo de Teatro	**Exposições**
Núcleo de Ciência	**Palestras**
Núcleo Fora d'Aula	**Comemorações**
Núcleo de Educação Musical	**Formação em Contexto**

Nota: o quadro apresentado varia em função dos normativos externos e da disponibilidade do corpo docente.

6.2. Medidas facilitadoras da gestão do curriculum e das aprendizagens

Atendendo à intervenção faseada da Parque Escolar, à gripe H1N1 e respectivo plano de contingência e às previsíveis alterações legais em curso, a organização escolar deve ser prudente quanto aos objectivos da primeira fase do Projecto Educativo (2009/2011).

Pelos motivos mencionados, recomenda-se que seja dada prioridade aos seguintes aspectos:

- Trabalho sistemático das competências transversais indicadas nos critérios gerais de avaliação de escola;

- Concentração de esforços em actividades de complemento curricular de modo a evitar a dispersão e a reforçar a multidisciplinaridade, tendo ainda em conta a calendarização das mesmas, de modo a evitar a sua realização no terceiro período;

- Organização da ocupação plena dos tempos livres escolares de modo a oferecer actividades lúdicas, culturais e de exercício da cidadania;

- Prevenção da indisciplina, que pode vir a aumentar devido às eventuais alterações provocadas pelos factores anteriormente referidos (Cf. Relatórios anuais do GAA e GD)

- Formação contínua dos diferentes quadros da escola, de acordo com as necessidades e as parcerias;

- Reforço dos mecanismos de segurança e de controlo do espaço escolar num período previsível de 2 anos;

- Atribuição de 45 minutos comuns à turma e Director de Turma (DT) do Ensino Secundário para resolução de problemas, aquisição de métodos de trabalho e desenvolvimento de competências cívicas;

- Gestão Integrada - optimização dos recursos informáticos e audiovisuais existentes para uso na sala de aula; actualização da página da escola e hábito da sua consulta regular, evitando a circulação em papel, utilizando a plataforma *Moodle;* acesso ao programa de alunos através dos computadores pessoais dos DT, mediante a criação de um utilizador/ password pessoais, mantendo a segurança necessária.

7 . Liderança e os novos desafios

A escola está confrontada com importantes mudanças e novos desafios[7] decorrentes:

- da necessidade de integrar uma população escolar mais diferenciada, os pais, a autarquia e outras instituições;

- do maior peso das tarefas de avaliação;

- da pressão das novas tecnologias;

- das sucessivas mudanças legislativas.

Se a Escola Secundária do Restelo está bem colocada para enfrentar estes desafios devido ao seu corpo docente qualificado, estável e capaz de organizar e gerar as aprendizagens curriculares e enriquecer o curriculum com numerosas actividades que envolvem os alunos e criam um contexto formativo, o qual é igualmente enriquecido com o contributo de personalidades e instituições prestigiadas cuja colaboração é solicitada pela Escola, é preciso, no entanto, também identificar claramente as fraquezas e os riscos.

Há riscos evidentes relacionados com as mudanças estruturais do sistema de ensino, com as dificuldades de corresponder aos normativos e prazos legais e, sobretudo, com os elevados índices de falta de pontualidade e a indisciplina emergente, que poderão agravar-se se o cumprimento do Regulamento Interno (RI) e do Código de Conduta não for respeitado por todos os alunos, facto que poderá comprometer a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar.

Do mesmo modo, o não reconhecimento, por parte da tutela, da necessidade de tempo para o trabalho individual e de equipa dos docentes, o facto de o tempo previsto para acções de formação contínua estar confinado a um horário pós-lectivo, assim como a dificuldade em articular a acção correctiva e/ou disciplinar com os pais constituem pontos fracos que dificultam

[7] *Cf. Relatório da OCDE – 2008-2009.*

a oportuna acção pedagógica da escola e, a médio prazo, comprometem a plena concretização do seu Projecto Educativo.

Para enfrentar os novos desafios e integrar as diferentes instituições e a diversidade dos actores educativos, que são parte integrante da comunidade educativa, é necessário reforçar, a todos os níveis, a liderança dos professores, entendida como capacidade de definir a complexidade e especificidade da orgânica e finalidade escolares, assim como mobilizar as pessoas na concretização dos objectivos comuns do Projecto Educativo da Escola.

Uma boa liderança, no actual contexto da escola, deve afirmar-se, em primeiro lugar, na Direcção da Escola e seu Conselho Pedagógico e, em segundo, no espaço da sala de aula, onde é indispensável repor a autoridade do professor, mas também na liderança colectiva dos Conselhos de Turma e dos demais órgãos de gestão intermédia.

É preciso a todos estes níveis reforçar a liderança colectiva e partilhada através do trabalho colaborativo, assim como encontrar um novo estilo de liderança, que combine o poder " duro" capaz de impor regras, com o poder " brando", capaz de mobilizar energias, de criar consensos e contratualizar soluções, para o que se torna imprescindível o entendimento de que à Escola cabe a decisão técnico - pedagógica e a supervisão do Projecto Educativo.

A capacidade de liderança requer uma visão ampla dos problemas, a nível científico e pedagógico, assim como capacidades interpessoais e organizacionais que podem ser adquiridas e aprofundadas simultaneamente pela experiência e pela formação que, no actual contexto, deve ser considerada uma das prioridades da Escola.

7.1. Melhorias na capacidade de liderança

7.1.1. Desenvolvimento da profissionalidade docente e não docente

Promover o desenvolvimento de competências, através de acções de formação externas, do trabalho de planificação e leccionação colaborativo, da pesquisa em comum de tópicos de interesse profissional.

Realizar parcerias com as Faculdades de Letras de Lisboa (FLUL), de Ciências e de Psicologia e Ciências Humanas a fim de obter a formação já requerida.

Orientar a avaliação de docentes a partir de uma estrutura de supervisão científica e pedagógica interna.

A formação contínua dos membros que prestam serviço na nossa comunidade educativa deve ser seleccionada pelos interessados, sendo apresentado um plano anual de formação. Consideramos que a formação, em didácticas específicas é prioritária para a qualidade do ensino, porém seria uma lacuna não incluir outras áreas de formação, tais como: resolução de conflitos, indisciplina e prevenção de riscos, problemas na adolescência, avaliação formativa, áreas das novas tecnologias da informação e comunicação, etc. Este tipo de formação serviria o bom clima de escola.

No contexto actual da política educativa europeia, seria necessária formação específica na área da avaliação interna de escola, tendo em conta a necessidade da auto-avaliação anual da escola e o necessário domínio das teorias subjacentes.

A formação profissional e respectiva investigação, auto-formação, cursos e obtenção de graus académicos deveriam ser apoiados e incentivados pelo Ministério da Educação. Este mesmo órgão deveria assegurar um tempo específico para a frequência de, pelo menos, uma acção de formação anual.

7.1.2. Reforço da liderança colectiva das estruturas de gestão intermédias

Os órgãos de gestão pedagógica devem converter-se em eixos da formação em contexto, virada para a resolução dos problemas da escola e articulada com as modalidades tradicionais de formação.

A Direcção Executiva deve acautelar a gestão equilibrada dos recursos humanos, orientada pelos princípios da não acumulação de cargos e da rotatividade das pessoas no seu exercício, salvaguardando as metas do Projecto Educativo.

A Direcção Executiva, conhecendo a multiplicidade de funções desempenhadas pelos docentes (umas inerentes, outras advenientes de falta de pessoal administrativo) deve atender às necessidades temporais e espaciais para que o trabalho colaborativo de planificação, análise, reflexão e reformulação das actividades pedagógicas decorra em tempo próprio. As medidas afins implicariam a redução e simplificação da carga burocrática do trabalho docente e a transferência das tarefas burocráticas do DT para a Secretaria, a que devem ser afectados mais dois técnicos, a fim de substituir os ausentes e reformados.

O Ministério da Educação deve reforçar as estruturas de apoio pedagógico especializado, em função das necessidades da população escolar: - Contratar mais um psicólogo educacional para o SPO;- Optimizar com o acréscimo de um psicólogo o apoio psico-pedagógico aos muitos alunos que requisitam os serviços e, assim, alargar a resposta aos pedidos dos DT ;- Permitir ao SPO um papel activo na formação de professores em contexto, predominantemente orientada para o reforço das aprendizagens dos alunos do ensino especial.

7.1.3. Organização da participação dos pais

A comunicação com os pais deve ser predominantemente organizada e institucional, conduzindo a uma participação efectiva nos órgãos da escola e ser orientada para a partilha dos valores e finalidade do Projecto Educativo e do Regulamento Interno.

Simplificar e clarificar o atendimento individual pelos DT, introduzindo a comunicação via e-mail, definindo prioridades na marcação de entrevistas e preferencialmente com agendamento prévio (uma semana de antecedência como prazo mínimo), devidamente registado.

8. EXERCÍCIO E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Cidadania e civismo são conceitos associáveis, embora distintos. A educação cívica é uma parte da educação para a cidadania. O civismo pode ser definido como uma qualidade do cidadão que se expressa na inserção e participação na vida civil da sociedade e nos seus ditames jurídico-políticos.[8]

De acordo com a metáfora da cultura, a escola no exercício da cidadania deverá pautar-se por uma **pedagogia cultural de valores**, cujo apoio em documentos fundamentais garante um acordo universalizável. Da cultura decorre a substância do processo educativo em que a personalidade em desenvolvimento se conforma com a integralidade e integridade de cada ser humano irrepetível.

A escola pode e deve permitir ao aluno um desenvolvimento pessoal e social que se cruza, inevitavelmente, com outros de gerações distintas e diversas concepções culturais, num espaço distinto do familiar nas finalidades

[8] Cf. M.E. (2001). *Educação para a Cidadania*. Departamento do Ensino Secundário.

e métodos. Esta nova experiência combina com a estruturação valorativa por assimilação crítica conduzida pelos agentes escolares, pelo confronto do aluno consigo próprio e com os seus pares. Esta estruturação valorativa gera crises, escolhas difíceis, responsabilidades e tensões para as quais a prescrição uniformizada nem sempre produz o efeito desejado. Assim, e apesar das contrariedades previsíveis, consideramos que a estruturação valorativa do aluno em contexto escolar exige o desenvolvimento de hábitos de:

- respeito pelas normas (Regulamento Interno e Código de Conduta na Sala de Aula), enquadradas pela explicitação e gradual compreensão das suas finalidades;

- trabalho em sala de aula, sem prejuízo do grupo-turma;
- diálogo com os pares e com os diversos agentes educativos;
- cumprimento de rotinas institucionais da escola;
- participação nas decisões relativas à comunidade escolar;
- participação nas actividades culturais, desportivas, cívicas e da comunidade educativa na escola ou em sua representação.

A escola desenvolve a *Formação Cívica* no Ensino Básico, comprometendo o Director de Turma nesta acção formadora pela inscrição desta área no seu horário e pela natureza transversal do Projecto Curricular de Turma. Como é do conhecimento geral, o Ensino Secundário só pode desenvolver a Educação para a Cidadania lançando e orientando interdisciplinarmente actividades pontuais que constem no Plano Anual. No entanto, a actual oferta da disciplina opcional de 12ºAno - *Ciência Política* complementará a formação dos alunos.

Atendendo ao currículo informal, e para que o formal se desenvolva integralmente, considera-se que a Comunidade Educativa pode e deve estar mais atenta e aprofundar as competências cívicas acima mencionadas em 2.

8.1. Melhorias no exercício construção da cidadania

O exercício das competências cívicas pode ser reforçado por medidas estratégicas que facilitem a comunicação, previnam situações de conflitualidade, de indisciplina, e favoreçam o bom clima de escola, tais como:

- informação veiculada pelo Director de Turma aos alunos acerca da legislação que permite a eleição do cargo de Delegado e Sub-delegado de Turma (direitos e deveres);

- informação veiculada pelo Director de Turma aos Pais/ Encarregados de Educação acerca da legislação que permite a eleição para o cargo de Representante dos Pais (direitos e deveres);

- reunião dos Delegados de Turma do Ensino Básico e Secundário e Representantes dos Pais/EE com a Direcção Executiva no primeiro período.

- reformulação do registo de ocorrências do Livro de Ponto para uso dos docentes da turma e informação do DT

- realização de Reuniões Intercalares com a presença dos Representantes dos Pais/EE e Delegados de Turma, com ordem de trabalhos previamente definida.

O exercício das competências cívicas implica, por parte dos actores educativos, cumprir e fazer cumprir:

- o Código de Conduta em Sala de Aula/ Regulamento Interno;

- as medidas correctivas e/ou sancionatórias com a celeridade necessária à sua eficácia;

- o dever de cooperação e de auxílio mútuo em situações de risco/segurança.

Todas as estruturas da Comunidade Educativa devem conhecer:

- o Regulamento Interno, o Plano de Melhoria e o Projecto Educativo;

- o Plano de Emergência – Segurança;

- o organigrama e atribuições dos órgãos;

- Plano de Contingência.

9. METAS EDUCATIVAS

Comunidade Escolar

▪ Concretizar as recomendações do processo de Auto-avaliação (Plano de Melhoria) e do processo de Avaliação Externa (Relatório IGE) através da articulação da acção educacional com os Planos Formais de Melhoria apresentados pelas estruturas de gestão intermédia e de coordenação e supervisão pedagógica;

▪ Articular o Plano Anual de Escola – Plano anual de Actividades e Projecto Curricular de Escola com o Regulamento Interno e com o Projecto Educativo;

▪ Promover a participação dos vários agentes da comunidade escolar na co-responsabilização pela acção educativa da escola;

▪ Cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno e o Código de Conduta em todo o espaço escolar;

▪ Incentivar o trabalho escolar e contribuir para a melhoria das aprendizagens;

▪ Articular e desenvolver as aprendizagens em consonância com o perfil de saída do aluno que prossegue estudos de nível superior (cf.4.4., pág.5)

▪ Utilizar meios e proporcionar processos de aprendizagem que facilitem o trabalho autónomo do aluno;

▪ Consolidar hábitos de trabalho colaborativo e práticas reflexivas

sobre opções didácticas e pedagógicas;

▪ Desenvolver uma cultura de avaliação entre pares sobre o seu desempenho nas distintas vertentes da actividade escolar;

▪ Promover a formação em contexto e procurar formação contínua adequada às necessidades da comunidade escolar.

OBJECTIVOS GERAIS

Alunos

▪ Cooperar no processo de aprendizagem pela aquisição de hábitos de trabalho individual responsável, sustentado por um trabalho organizado e pela participação activa e crítica na sala de aula;

▪ Participar nos projectos da turma e/ou escola, ajudando a criar um bom clima de trabalho e de escola;

▪ Adquirir e interiorizar normas de conduta que facilitem as aprendizagens do grupo - turma, nomeadamente de atenção e escuta activa;

▪ Adquirir e desenvolver competências específicas essenciais para a área de formação escolhida;

▪ Melhorar a qualidade das aprendizagens através do trabalho metódico, responsável e da colaboração na concretização das tarefas e desafios propostos em aula ou como trabalho autónomo;

▪ Valorizar e interiorizar a importância do desenvolvimento de competências cívicas e das competências transversais, a par dos resultados escolares para o processo de avaliação – de acordo com os critérios gerais e específicos estabelecidos.

Docentes

- Articular o Plano Anual de Actividades com o Plano de Melhoria;
- Agir de acordo com as competências cívicas enunciadas e valorizadas no actual Projecto por meio de estratégias concertadas com pares e alunos;
- Cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno e Código de Conduta na Sala de Aula;
- Desenvolver as competências transversais dos alunos de acordo com os critérios gerais de escola;
- Articular conteúdos programáticos entre ciclos e anos através de um processo aberto e dinâmico que tem por finalidade primeira a transmissão e valorização da cultura;
- Cumprir os programas, desenvolvendo competências específicas e aplicando os critérios de avaliação aprovados;
- Colaborar com as estruturas intermédias e técnico - pedagógicas;
- Orientar a correcta utilização das novas tecnologias;
- Seleccionar a formação de acordo com o projecto profissional e escolar.

Não docentes:

- Cumprir e fazer cumprir o Regulamento Interno;
- Colaborar com as estruturas intermédias e técnico - pedagógicas;
- Seleccionar acções de formação relacionadas com a área de intervenção de cada sector;
- Participar no plano de actividades: envolvimento com a escola;

- Desenvolver competências comunicacionais e cívicas;

- Acompanhar actividades pedagógicas e de apoio logístico.

10. AVALIAÇÃO

10.1. Desempenho Docente

De acordo com a legislação em vigor.

10.2. AVALIAÇÃO DO PROJECTO

Avaliação PEE/PAE	Intervenientes	Instrumentos	Calendarização
Avaliação do Projecto Educativo	Conselho Geral Direcção Conselho Pedagógico	Relatórios externos Relatórios internos/ Plano de Melhoria	No final do tempo de vigência do PEE
Avaliação dos Planos Anuais de Escola	Equipa de avaliação interna Equipa de Coordenação do PEE	Inquéritos Planos Formais de Melhoria Comparação com resultados externos	Avaliação Intermédia do PAA e trimestral dos resultados escolares Final de cada ano lectivo
CAF/ Diagnóstico organizacional	Equipa de auto--avaliação		2012/2013

Nota Final: O actual projecto educativo prolonga-se até ao final do ano lectivo 2014, a fim de assegurar a transição e a gestão do processo de agregação até à eleição da nova direcção.